DIVULGAÇÃO



Em 2025, projetos de Lajeado e Venâncio Aires obtiveram reconhecimento no prêmio da Famurs

BOAS PRÁTICAS

Vale tem seis projetos finalistas em prêmio de gestão pública

Lajeado, Estrela e Arroio do Meio concorrem em cinco áreas da gestão pública. Vencedores serão anunciados no dia 30 de outubro

Mateus Souza
mateus@grupoahora.net.br

ESTADO

Projetos desenvolvidos por três municípios do Vale do Taquari estão entre os finalistas do 8º Prêmio Boas Práticas na Gestão Pública Municipal, promovido pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs). Lajeado, Estrela e Arroio do Meio somam seis iniciativas selecionadas em cinco áreas, com propostas voltadas à mobilidade, segurança, desenvolvimento econômico, habitação, esporte e inclusão social.

A premiação busca reconhecer ações inovadoras das administrações municipais que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população. Nesta edição, foram inscritos 514 projetos de 192 prefeituras gaúchas. Os vencedores das 18 categorias serão conhecidos em cerimônia marcada para 30 de outubro, às 14h, em Nova Petrópolis.

Lajeado concentra o maior número de indicações regionais, com três projetos finalistas. Na categoria Esporte e Lazer, o município concorre com o Campeonato Piá de Futsal, que chega à 37ª edição. A iniciativa representa a aposta na prática esportiva como parte das políticas públicas locais.

Na área de Mobilidade Urbana e Trânsito, a disputa é com o projeto Educação para o Trânsito. A proposta está relacionada à conscientização sobre o comportamento nas vias e à importância de atitudes seguras no deslocamento de motoristas, ciclistas e pedestres.

Já na categoria Segurança Pública, Lajeado apresenta as Operações Integradas, iniciativa que destaca a atuação do município, por meio do poder de polícia administrativa, no enfrentamento de crimes de menor potencial ofensivo.

Desenvolvimento e reconstrução

Estrela tem dois projetos entre os selecionados. Na categoria Desenvolvimento Econômico, o município concorre com o programa Estrela Mais Desenvolvimento, voltado à área econômica. A iniciativa representa a presença da pauta de desenvolvimento entre as ações reconhecidas pela premiação estadual.

Na categoria Habitação, o destaque é o projeto Estrela Resiliente: da maior tragédia climática à reconstrução integrada de uma cidade resiliente. O trabalho aborda o desafio de reconstruir o município após os eventos climáticos extremos e incorporar a resiliência ao planejamento urbano e habitacional.

Arroio do Meio completa a participação regional com o projeto Escuta Afetiva, finalista na categoria Melhor Idade 60+. A proposta utiliza grupos de convivência como espaços de cuidado, proteção e inclusão da população idosa.

Sobre o prêmio

A iniciativa destaca a importância de ações que promovam vínculos sociais e atenção às necessidades das pessoas com mais de 60 anos, segmento que demanda políticas públicas específicas para garantir participação, acolhimento e qualidade de vida. Ao todo, o prêmio vai reconhecer 54 iniciativas distribuídas nas 18 categorias.

"Esse é o grande objetivo do Prêmio Boas Práticas: reconhecer projetos e ações que impactam positivamente a vida das pessoas, das comunidades, e incentivar que essas soluções transformadoras sejam replicadas e que mais pessoas sejam beneficiadas", destacou o presidente da Famurs e prefeito de Imbé, Ique Vedovato.



IQUE VEDOVATO
PRESIDENTE DA FAMURS

Esse é o grande objetivo do Prêmio Boas Práticas: reconhecer projetos e ações que impactam positivamente a vida das pessoas, das comunidades."



INFRAESTRUTURA VIÁRIA

Troca de governo reabre discussão sobre rodovias

FILIPE FALEIRO



Obra prioritária da região é garantir que o trecho de Venâncio Aires até Encantado seja duplicado

Destino dos R$ 1,5 bilhão do Funrigs mobiliza representantes regionais. Investimento público antes da concessão recebe apoio, mas o valor destinado às obras e a futura administração das estradas geram dúvidas

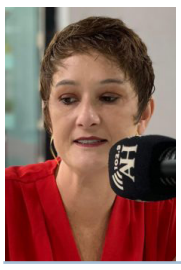
Filipe Faleiro
filipe@grupoahora.net.br

VALE DO TAQUARI

Aplicar recursos do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) nas obras mais urgentes e, depois, conceder as rodovias. Esse caminho recebe apoio de representantes empresariais do Vale do Taquari diante da decisão de Eduardo Leite de deixar os encaminhamentos do Bloco 2 para o próximo governo.

Para líderes regionais, a alternativa exige assegurar investimentos na região e definir como as estradas serão administradas após as primeiras melhorias. A presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), Cintia Agostini, defende que as prioridades do Vale orientem essa conversa.

“Precisamos de obras para ter mobilidade, segurança e redução de custos logísticos. Os acidentes estão aí para demonstrar o quanto precisamos. Fomos a região mais atingida pelas tragédias e precisamos de mais recursos para nossas estradas.”



CINTIA AGOSTINI
PRESIDENTE DO CODEVAT

Vamos querer uma concessão apenas para manutenção? Ou teremos também um cronograma de novas ampliações? Para mim, vamos reiniciar o debate sobre a gestão das rodovias. Não começamos do zero, mas é um recomeço.”

O aporte de R$ 1,5 bilhão foi previsto para o conjunto do Bloco 2, que reúne 409 quilômetros de rodovias em 32 municípios. A aplicação estava prevista como estímulo para a iniciativa privada e contemplaria trechos dos vales do Taquari e do Rio Pardo e do Norte gaúcho, sem reserva exclusiva para a região.

Disputa pela fatia do Funrigs

Integrante do Conselho do Plano Rio Grande e vice-presidente de Infraestrutura da Associação Comercial e Industrial de Lajeado (Acil), Nilto Scapin acredita que o governador eleito, Luciano Zucco, priorizará obras com recursos públicos. Ao mesmo tempo, prevê uma disputa pela distribuição do fundo.

Scapin aponta as ligações entre Venâncio Aires e Encantado, Estrela e Teutônia e a parte baixa da Estrada Pão e Vinho, entre Santa Tereza e Muçum, como prioridades. “Acho que os R$ 1,5 bilhão do Bloco 2 vão ser espalhados. Teremos que batalhar muito por isso. Outras regiões também têm suas necessidades. Penso que só depois virá a concessão.”

O representante da área de Infraestrutura da Câmara da Indústria e Comércio (CIC-VT), Leandro Eckert, considera sensata a decisão de Leite de discutir os encaminhamentos com o sucessor. Também avalia como positiva a possibilidade de antecipar as obras urgentes com o Funrigs.

A preocupação está no montante. “Pelo que ouvi, o governador eleito faria uma aplicação inicial de R$ 350 milhões no Vale. No meu entender, esse valor é insuficiente. Precisamos, no mínimo, de R$ 1 bilhão para duplicações.”

Depois das primeiras obras

A sequência esperada por Scapin também é defendida pelo diretor de Infraestrutura da Federação das Transportadoras do RS (Fetransul), Paulo Ziegler. “Desde o início, sempre achei que seria melhor investir primeiro o recurso do Funrigs e depois fazer uma concessão de conservação das rodovias e/ou ampliação onde ainda fosse necessário.”

Ziegler relata ter ouvido de representantes empresariais dúvidas sobre a capacidade de execução do governo. A baixa eficiência da EGR, avalia, alimenta essa desconfiança. Isso não altera sua crítica ao projeto levado ao mercado. “Sempre achei muito caro esse modelo de pedágio do governo Leite.”

A presidente do Codevat, Cintia Agostini, lembra que, durante a campanha eleitoral, Luciano Zucco criticou o modelo apresentado pelo governo estadual. “Fica claro que esse plano não será levado adiante. Agora, o que precisamos é ver qual alternativa para responder pelo funcionamento das rodovias em longo prazo.”

Na avaliação dela, adiar a escolha mantém as estradas sob uma estrutura conhecida. “A modelagem do que fazer já está posta, que é a EGR, que não consegue dar conta de ampliar a infraestrutura.”

Em resumo, considera a partir de agora três movimentos: o quanto será aplicado do Funrigs, quais obras podem ser feitas e, por fim, qual modelo para uma futura concessão. “Vamos querer uma concessão apenas para manutenção? Ou teremos também um cronograma de novas ampliações? Para mim, vamos reiniciar o debate sobre a gestão das rodovias. Não começamos do zero, mas é um recomeço.”

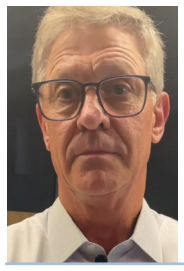
Articulação regional

A prefeita de Lajeado, presidente da Associação dos Municípios do Vale do Taquari, Gláucia Schumacher, antecipa que os prefeitos tentam uma agenda com o governador eleito Luciano Zucco.

“Tanto a Amvat quanto a Amat (Associação do Alto Taquari) reiteram o pedido feito ao atual governo: que os R$ 1,5 bi do Funrigs sejam aplicados nas obras que estavam previstas na concessão”. O encontro ainda não tem data confirmada. “Pretendemos nos reunir nos próximos dias”, realça a prefeita.



GLÁUCIA SCHUMACHER
PREFEITA DE LAJEADO E PRESIDENTE DA AMVAT



NILTO SCAPIN
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA ACIL

Acho que os R$ 1,5 bilhão do Bloco 2 vão ser espalhados. Teremos que batalhar muito por isso. Outras regiões também têm suas necessidades. Penso que só depois virá a concessão.”

Na visão do vice-presidente da CIC-VT, Adelar Steffler, a urgência dos investimentos fica evidente diante do desenvolvimento econômico regional. “Temos problemas de congestionamentos, além das dificuldades em pontes e acidentes.Tudo isso traz um custo financeiro muito alto para toda a sociedade. ”

Steffler defende a participação pública e privada e cobra agilidade nas negociações. “Precisamos continuar o nosso trabalho com o novo governo para que não aconteça de perdermos estes recursos.”

Na primeira reunião da transição, na sexta-feira, 9, Zucco afirmou não ser contrário às concessões e prometeu examinar os estudos preparados pelo Estado. “Vamos avaliar o que avançou e, no momento oportuno, vamos nos posicionar.”

O material inclui a modelagem de um contrato de 30 anos, com R$ 6 bilhões em investimentos, obras, conservação, guinchos, ambulâncias e cobrança eletrônica sem cancelas.

RESUMO DA NOTÍCIA

Representantes do Vale apoiam o uso do Funrigs nas obras antes de uma possível concessão.

O aporte de R$ 1,5 bilhão foi previsto para todas as regiões do Bloco 2. Não existe uma perspectiva de quanto seria para os trechos do Vale.

Os setores produtivos cobram infraestrutura preparada para novas enchentes e uma definição sobre investimentos após as primeiras obras.

Depois das intervenções, o governo gaúcho pretende fazer uma nova concessão. A região considera que é necessário um modelo que vá além da manutenção.